

Novas carreiras e o aprofundamento da desvalorização da carreira do magistério

Nota Técnica, elaborada pelo Grupo Escola Pública e Democracia (Gepud) e a Rede Escola Pública e Universidade (Repu), analisa as principais mudanças promovidas pelas novas carreiras do magistério paulista aprovadas em 2022.

Em março de 2022, o governo paulista aprovou a Lei n. 1.374, que instituiu novos Planos de Carreira e Remuneração para Professores de Ensino Fundamental e Médio, Diretores Escolares e Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação. Em substituição ao Plano de Carreira, Vencimentos e Salários do magistério paulista em vigor desde 1997, os novos planos foram apresentados como forma de valorizar os profissionais da educação da rede estadual paulista. A adesão às novas carreiras é compulsória para novos integrantes do quadro do magistério e opcional para os profissionais que já estão na rede paulista que, neste caso, têm até junho de 2024 para fazer a migração ou decidir por permanecer na carreira anterior. De acordo com dados da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc), em outubro de 2022, apenas 2.012 professores efetivos ou estáveis tinham optado pela nova carreira.

Os novos planos de carreira valorizam de fato o magistério paulista, como afirma o governo? A Nota Técnica elaborada pelo Gepud e pela Repu, disponível em www.gepud.com.br e www.repu.com.br, conclui que não.

A análise é amparada em referencial teórico e legal que trata da valorização do magistério e em simulações de migração para a nova carreira, utilizando as calculadoras disponibilizadas pela Seduc e pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), além de dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação e da Base de Servidores Ativos, disponível no Portal de Dados Abertos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Os dados levantados mostram que para valorizar o magistério, os planos de carreira devem garantir vencimento inicial compatível com a importância e exigência de formação da profissão e formas de progressão que possibilitem alcançar os estágios finais antes da aposentadoria.

A Nota destaca que a carreira estabelecida pelo Plano de 1997 tinha problemas, pois, além de ter vencimentos iniciais muito baixos, dificultava a progressão. Em maio de 2022, por exemplo, não havia nenhum(a) professor(a) na última faixa/ nível da carreira (faixa 8/ nível VIII). A faixa 5/ nível VIII é o estágio mais avançado ao qual foi possível chegar e cerca de metade dos professores da rede encontra-se nos estágios iniciais da carreira.

Ao invés de aumentar os vencimentos iniciais da carreira em vigor e corrigir os problemas que dificultam a movimentação, o governo paulista optou por novos planos de carreira que desconsideram o tempo de serviço público e adotam a lógica meritocrática.

Nas novas carreiras, o pagamento é feito por subsídio, o que leva à perda do adicional por tempo de serviço. Ainda que o subsídio inicial de 5 mil reais seja mais alto que o vencimento inicial da carreira antiga, ele não compensa as perdas salariais sofridas pela categoria nos últimos anos e está apenas um pouco acima do Piso Salarial Profissional Nacional que, em 2023, é de R\$ 4.420,55 para 40 horas semanais de trabalho.

As simulações de migração para as novas carreiras mostraram que a perda dos adicionais por tempo de serviço (quinquênios e sexta parte) é prejudicial e que as progressões já conquistadas na antiga carreira são desconsideradas, posto que o professor é enquadrado na nova carreira em função da remuneração e desconsidera progressões anteriores, como pode ser constado na simulação a seguir.

Simulação de migração: Professor(a) com 20 anos de tempo de carreira e com progressões (Faixa 4, Nível IV) seria enquadrada(o) na referência L1 da nova carreira¹

SEM ADESÃO							
Cargo	Jornada	Faixa	Nível	Salário Base	Adicional tempo de serviço	Remuneração Bruta	Valor Hora-aula
6409 - PEB II	40 horas (integral)	4	IV	R\$ 4.441,28	R\$ 666,19	R\$ 5.107,47	R\$ 22,21
COM ADESÃO							
Cargo	Jornada	Referência	Subsídio	Vantagem	Remuneração Bruta	Valor Hora-aula	
5774 - Professor de EF e EM	40 horas (integral)	L1	R\$ 5.000,00	R\$ 107,47	R\$ 5.107,47	R\$ 25,00	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em simulações realizadas no sistema interno da Seduc e enviadas por profissionais da educação.

O estudo também mostrou a manipulação do valor de hora-aula no simulador da Seduc, em que é diferenciado para remunerações e subsídios iguais, e uma diferença na remuneração líquida quando a simulação de migração é feita pela calculadora desenvolvida pela Apeoesp, que considera os descontos previdenciários, do Iasmpe e de Imposto de Renda.

Situação de um professor com 4 anos de tempo de serviço e jornada integral de trabalho, com a adesão à nova carreira, de acordo com o simulador da Seduc:

SEM ADESÃO							
Cargo	Jornada	Faixa	Nível	Salário Base	Piso sal. docente	Remuneração Bruta	Valor Hora-aula
6409 - PEB II	40 horas (integral)	1	I	R\$ 2.843,51	R\$ 1.002,12	R\$ 3.845,63	R\$ 19,23
COM ADESÃO							
Cargo	Jornada	Referência	Subsídio	Remuneração Bruta	Valor Hora-aula		
5774 - Professor de EF e EM	40 horas (integral)	L1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 25,00		

¹ Os cálculos dos tempos de carreira apresentados nesta nota técnica têm como referência o ano de 2022.

Situação do mesmo professor (4 anos de tempo de serviço e jornada integral de trabalho), de acordo com a calculadora da Apeoesp.

SEM ADESÃO											
Cargo	Jornada	Faixa	Nível	Vencimento	Previdência	IAMSPE	IRPF	Soma dos descontos	Valor líquido	Horas trabalhadas	Valor hora-aula
6409 - PEB II	40 horas (integral)	1	I	R\$ 3.845,63	R\$ 456,79	R\$ 76,91	R\$ 153,53	R\$ 687,23	R\$ 3.158,40	166,67	R\$ 18,95
COM ADESÃO											
Cargo	Jornada	Referência	Subsídio	Previdência	IAMSPE	IRPF	Soma dos descontos	Valor líquido	Horas trabalhadas	Valor hora-aula	
5774 - Professor de EF e EM	40 horas (integral)	L1	R\$ 5.000,00	R\$ 618,41	R\$ 100,00	R\$ 349,73	R\$ 1.068,13	R\$ 3.931,87	200	R\$ 19,66	

Além de demonstrar que as novas carreiras não valorizam o magistério e não contribuem para atrair e manter profissionais na rede estadual de ensino, a Nota Técnica apresenta um conjunto de aspectos que devem ser considerados pelos planos de carreira para que se alcance a necessária valorização do magistério paulista.

Acesse a Nota Técnica na íntegra também em:

https://www.repu.com.br/_files/ugd/9cce30_4298425c954942c795e8c4242cea6e0b.pdf